

# DECIFRANDO O CÓDIGO

Senado **vota** projeto que reforma Código Florestal e tenta encontrar **equilíbrio** entre as necessidades dos proprietários rurais e a proteção do **ambiente**

CLAUDIO ANGELO  
DE BRÁSILIA

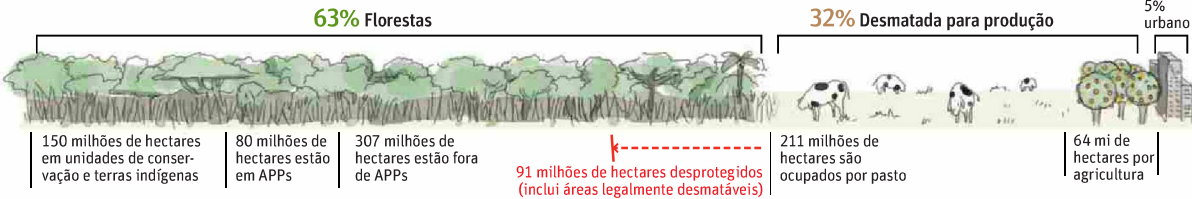
Quando o Código Florestal for à votação no plenário do Senado nesta semana, uma única pergunta deve dominar o debate: o texto do senador Jorge Viana (PT-AC) traz ou não anistia a desmatadores? A resposta é: depende da sua definição de anistia. Se pela palavra se entender a dispensa total de multa e recuperação de florestas para quem desmatou antes de 2008, implícita no projeto que veio da Câmara, não. Até os ambientalistas mais aguerridos concordam que Viana e o outro relator do texto, Luiz Henrique (PMDB-SC), melhoraram o projeto. Nenhum proprietário rural será dispensado de recuperar áreas de preservação permanente (APPs), por exemplo. O texto avança até em relação ao código atual, como o controle da madeira por um sistema federal e a obrigatoriedade de cadastro ambiental para todas as fazendas. Se por anistia, porém, se entender redução de exigências, então o novo código é uma festa: tal qual o texto da Câmara, ele muda conceitos de topo de morro e de rio, o que muda a forma de medir APPs; permite uma recomposição menor de matas ciliares e da chamada reserva legal; e permite que essa recomposição leve à regularização de desmatamentos ilegais cometidos até 22 de julho de 2008. Desmatadores também poderão ter isenções fiscais para recuperar florestas. E quem tiver desmatado em área permitida, mas sem licença, poderá ter perdão de multa. Segundo Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, o texto de Viana resolve “60%” dos problemas do código da Câmara. Mas restam detalhes cruciais. “O texto diz que eu não posso ter autuação para desmatamentos até 2008. Só que, se eu não posso atuar, não posso nem definir se o desmatamento é anterior.”

**E QUEM JÁ DESMATOU?**  
O que foi desmatado depois de 22.jul.2008 terá de se adequar às novas regras. Quem desmatou antes disso terá condições diferentes:



**FALTA TERRA PARA PRODUZIR NO BRASIL?**  
(segundo o código atual)

Brasil tem mais capim do que unidades de conservação; agricultura só ocupa 23% das áreas desmatadas para produção



Fontes: Sparovek et al., 2010 A Revisão do Código Florestal Brasileiro. "Novos Estudos" 88; Relatório do senador Jorge Viana à Comissão de Meio Ambiente do Senado; Código Florestal Brasileiro; Imazon e ProForest, 2011, "Um resumo do status das florestas em países selecionados: nota técnica"



## O QUE É O CÓDIGO FLORESTAL

Peça-chave da legislação ambiental brasileira, define as áreas que devem ter a vegetação conservada e as que podem ser usadas para agricultura e a pecuária



## A POLÊMICA

Aprovado em 1965, o Código Florestal ficou obsoleto. Produtores rurais dizem que ele impede o avanço do agronegócio. Ambientalistas argumentam que ele nunca foi cumprido e que é possível produzir mais sem desmatar



## REVISÃO

Um decreto de 2008 estabeleceu punições para proprietários que desrespeitassem o Código Florestal. A medida fez a bancada ruralista se mexer e criar uma comissão especial para discutir a reforma do Código

O código divide a vegetação natural em duas grandes categorias

## ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Áreas com função de preservar a água, a paisagem, os solos frágeis e a biodiversidade. Nessa categoria estão encostas íngremes, topos de morro e matas nas margens dos rios

### Topos de morros

O desmate nessas áreas é proibido pela lei atual. A nova proposta libera a ocupação de morros de até 100 metros de altura, mesmo após julho de 2008

### Encostas entre 25º e 45º de inclinação

Não são APPs, mas têm uso restrito. Nelas só se permite hoje extração de madeira. Pelo novo código, se tiverem floresta após julho de 2008, só poderão ser desmatadas em caso de interesse social, utilidade pública ou baixo impacto ambiental

### Margens de rios

O Código atual manda preservar ao menos 30 metros nas margens, considerando o nível mais alto atingido pelo rio nas épocas de cheias. A proposta permite que a faixa seja definida a partir do leito regular do rio, diminuindo a largura da faixa preservada

## RESERVA LEGAL

Área das propriedades rurais em que a floresta nativa não pode ser totalmente cortada. Atividades como extração de madeira e óleos vegetais e coleta de frutas são liberadas

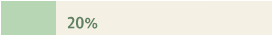
## O TAMANHO DA ÁREA VARIA DE ACORDO COM OS BIOMAS

Novo código não altera percentuais

### Amazônia



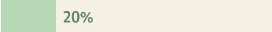
### Campos naturais amazônicos\*



### Cerrado amazônico (MT, TO e MA)



### Outros



\*não é especificado no código atual

A faixa de 30 m que deve ser preservada nas margens dos rios vale para rios com até 10 m de largura. A área aumenta proporcionalmente com a largura do rio



## SÓ O BRASIL PRESERVA?

Não. Outros países também buscam proteger suas florestas e regulam o desmate em propriedades privadas



## MULTA

O novo código prevê multa para desmatadores, mas os proprietários podem se livrar dela aderindo a um programa de regularização ambiental, que os habilita a ter crédito público e redução de imposto para recompor o que desmataram ilegalmente no passado

### Cobertura florestal

69%

69%

63%

33%

29%

69%

63%

33%

29%

### Desmatamento em terras privadas

Proibido

Permitido só o manejo de madeira

Permitido no limite do Código Florestal

Florestas intactas têm proteção federal

Depende de licença do governo